



**ACÓRDÃO Nº 105/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 1601/2014.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Serviço de Pronto Atendimento Alvorada – SPA Alvorada.
- 4- **Exercício:** 2013.
- 5- **Responsável:** Sra. Maria do Perpetuo Socorro Moura Maia e o Sr. Antônio Carlos Carneiro da Silva Nossa – Ordenadores de Despesas.
- 6- **Unidade Técnica:** DICAD/AM.
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Despacho nº 49/2017-MP-JBS, do Dr. João Barroso de Souza, Procurador de Contas (fls.1608/1608v).
- 8- **Relator:** Conselheiro Julio Cabral.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Serviço de Pronto Atendimento Alvorada – SPA Alvorada. Exercício de 2013.

*Regularidade com ressalvas. Multa. Recomendação.*

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, em **consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. **Julgar Regular com Ressalvas** a Prestação de Contas Anual do Serviço de Pronto Atendimento Alvorada – SPA Alvorada, exercício de 2013, de acordo com o artigo 22, Inciso II c/c art. 24 ambos da Lei Orgânica nº 2.423/96, sob responsabilidade da Sra. Maria do Perpetuo Socorro Moura Maia – Diretora Geral, no período de 01/01/2013 à 31/07/2013, e o Sr. Antônio Carlos Carneiro da Silva Nossa – Diretor Geral, no período de 01/08/2013 à 31/12/2013;
- 9.2. **Aplicar Multa a Sra. Maria do Perpetuo Socorro Moura Maia** no valor de R\$ 4.468,42 (Quatro mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e quarenta e dois centavos), que devem ser recolhidos aos cofres da Fazenda Estadual (Encargos Gerais do Estado - SEFAZ), com fulcro no Art. 53, Parágrafo Único, da Lei Orgânica 2.423/96 com a nova redação dada pelo art. 2º da Lei Complementar nº 114/2013, pela falta de planejamento da gestora à frente da Unidade de Saúde no que tange às despesas realizadas sem a realização de processo licitatório; (Lei nº 8.666/93);
  - 9.2.1. **Fixe o prazo de 30 (trinta) dias** para recolhimento da **multa** aos cofres da Fazenda Estadual, com comprovação perante este Tribunal,



**ACÓRDÃO Nº 105/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

nos termos do art. 72, III, “a”, da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 169, I, do Regimento Interno deste Tribunal, autorizando a instauração de inscrição do débito na Dívida Ativa e instauração da cobrança executiva, no caso de não recolhimento dos valores da condenação, nos termos do art. 173, da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM;

- 9.3. Aplicar Multa ao Sr. Antônio Carlos Carneiro da Silva Nossa** no valor de R\$ 4.468,42 (Quatro mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e quarenta e dois centavos), que devem ser recolhidos aos cofres da Fazenda Estadual (Encargos Gerais do Estado - SEFAZ), com fulcro no Art. 53, Parágrafo Único, da Lei Orgânica 2.423/96 com a nova redação dada pelo art. 2º da Lei Complementar nº 114/2013, pela falta de planejamento da gestora à frente da Unidade de Saúde no que tange às despesas realizadas sem a realização de processo licitatório; (Lei nº 8.666/93);

**9.3.1. Fixe o prazo de 30 (trinta) dias** para recolhimento da multa aos cofres da Fazenda Estadual, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 72, III, “a”, da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 169, I, do Regimento Interno deste Tribunal, autorizando a instauração de inscrição do débito na Dívida Ativa e instauração da cobrança executiva, no caso de não recolhimento dos valores da condenação, nos termos do art. 173, da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM;

- 9.4. Recomendar** a atual Direção do Serviço de Pronto Atendimento Alvorada – SPA Alvorada: que observe, com maior rigor, o cumprimento da Lei de Licitações 8.666/93.

**10- Ata:** 3ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 13 de Fevereiro de 2017.

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em substituição), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Filho e Mario Manoel Coelho de Mello.

**13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira-Presidente, em substituição

**JULIO CABRAL**  
Conselheiro-Relator

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**  
Procurador-Geral